



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Boletim Informativo

Setembro de 2016

Presenças:

Presidente

Procuradora-Geral da República, Dra. Maria Joana Raposo Marques Vidal

Vogais

- Procuradores-Gerais Distritais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, respectivamente, Drs. Maria José Capelo Rodrigues Morgado, Maria Raquel Ribeiro Pereira Desterro Almeida Ferreira, Euclides José Dâmaso Simões e Alcides Manuel Rodrigues;
- Procurador-Geral-Adjunto Dr. Vítor Manuel Silva de Almeida Guimarães;
- Procuradores da República Dr. João Eduardo Raposo Rodrigues Celorico Palma e Dr.ª Ana Cristina dos Santos Silva Ermida;
- Procuradores-Adjuntos, Drs. Sandra Elisabete Milheirão Alcaide, Jorge Manuel Alves de Oliveira (Membro permanente), Sofia Margarida Correia Gaspar e Ricardo Rodrigues da Costa Correia Lamas;
- Membros eleitos pela Assembleia da República, Drs. Manuel de Magalhães e Silva, Alfredo José Leal Castanheira Neves, José António de Melo Pinto Ribeiro, António José Barradas Leitão (Membro permanente) e João Luís Madeira Lopes;
- Membros designados por Sua Excelência a Ministra da Justiça, Professor Doutor José Joaquim Gomes Canotilho e Dr. Augusto Godinho Arala Chaves.

Secretário

Secretariou a sessão o Secretário da Procuradoria-Geral da República, Dr. Carlos Adérito da Silva Teixeira .

Boletim Informativo

N.º 12/2016

REUNIÃO:

• **Plenário de
27/09/2016**

SUMÁRIO: (Pág)

Actas	2
Regulamento do quadro complementar	2
Curso de coordenadores de comarca	2
Encurtamento estágios	3
Formação contínua	3
Substitutos de procurador-adjunto	3
Coordenador sectorial	4
Destacamentos	4
Reafectações e exercício	4
Reclamações	5

ACTAS

1. O Conselho procedeu à aprovação da acta da reunião em Plenário de 13 de Setembro de 2016.

Regulamento do quadro complementar

2. Alteração do Regulamento do Quadro Complementar de Procuradores-Adjuntos – Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 111, de 11 de Junho de 2007.

Relator: Dr. Barradas Leitão

Após apresentação de projecto de alteração ao Regulamento do Quadro Complementar, foi a respectiva discussão e aprovação adiada, fixando-se prazo para que os membros do Conselho apresentem por escrito os contributos que entendam prestar.

Curso de coordenadores de comarca

3. Procedimento de selecção de candidatos ao curso de coordenadores de comarca.

Relator: Dr. Jorge Oliveira.

O Conselho deliberou revogar o aviso de abertura de procedimento datado de 4 de Março de 2016 e todos os actos subsequentes ao mesmo e substituir tal aviso por outro que será oportunamente publicado.

A decisão do Conselho fundou-se essencialmente nas seguintes circunstâncias:

- a) Por ter sido entretanto proferido acórdão do Pleno da Secção de Contencioso do Supremo Tribunal Administrativo – no âmbito de processo de impugnação de anterior procedimento –, nos termos do qual foi sufragado o entendimento de que a classificação de “Muito Bom” dos candidatos com a categoria de Procurador da República se reporta à classificação nessa categoria e não também enquanto Procuradores-adjuntos;
- b) Por ter sido alargado o número de vagas para o curso, de 15 para 30.

Abstiveram-se os Drs. Vítor Guimarães, José Pinto Ribeiro, José Gomes Canotilho e Augusto Arala Chaves

Encurtamento estágios

4. Proposta de encurtamento do estágio dos procuradores-adjunto estagiários provenientes do XXXI Curso Normal de Formação.

Relator: Dr. Jorge Oliveira

O Conselho deliberou solicitar a Sua Excelência a Ministra da Justiça a urgente adoção, ao abrigo do artigo 30.º, n.º 4, da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 60/2011, de 28 de Novembro, de providência legislativa tendente a permitir a redução do período de estágio do XXXI Curso Normal de Formação de Magistrados, de molde a fazê-lo terminar decorridos que estejam 6 meses, ou seja, a 28 de Fevereiro de 2017.

Absteve-se o Dr. José Pinto Ribeiro.

Formação contínua

5. Designação de participantes para frequência obrigatória de cursos de formação contínua de magistrados, a ministrar pelo Centro de Estudos Judiciários durante o ano de 2016/2017.

Relatores: Membros permanentes.

O Conselho deliberou, por unanimidade e em face da urgência, delegar na Senhora Conselheira Procuradora-Geral da República a competência para a composição das listas de magistrados a designar para frequência obrigatória de cursos de formação contínua.

Substitutos de procurador-adjunto

6. Pedidos de cessação de funções apresentados pelas substitutas de procurador-adjunto Lics. Sónia Alexandra de Andrade Machado Padrão e Sara Emanuela da Ribeiro Avelar e Marques Andrade..

Relator: Dr. Barradas Leitão.

O Conselho tomou conhecimento da cessação de funções das requerentes enquanto substitutas de procurador-adjunto.

Coordenador sectorial

7. Nomeação de procurador da República com funções de coordenação sectorial para a área cível da comarca do Porto Este – Proposta da Procuradora-Geral Distrital do Porto.

Relator: Dr. Jorge Oliveira

Mediante escrutínio secreto e com 11 votos a favor, o Conselho deliberou nomear o Procurador da República André Esteves para exercer as referidas funções.

Destacamentos

8. Pedido de destacamento apresentado pela procuradora-adjunta Lic. Maria de Fátima Antunes Preto Mateus Ramos, transferida para a Comarca dos Açores – Instância Local de Vila Franca do Campo.

Relator: Dr. Barradas Leitão.

O Conselho deliberou indeferir o pedido de destacamento em causa..

Votaram contra os Drs. João Palma, Sandra Alcaide e José Pinto Ribeiro.

Absteve-se a Dra. Maria Raquel Desterro.

Reafectações e exercício cumulativo de funções

9. Proposta de reafecção do procurador-adjunto colocado na Instância Local do Montijo, Lic. Miguel Ferreira da Costa Aguiar Cardoso, à Secção Cível da Instância Local de Lisboa.

Relator: Dr. Jorge Oliveira.

O Conselho deliberou deferir a requerida reafecção.

Votaram contra os Drs. Sofia Gaspar, Ricardo Lamas e José Pinto Ribeiro.

Abstiveram-se os Drs. João Palma, Cristina Ermida, Sandra Alcaide e António Barradas Leitão.

10. Reafecção da procurador-adjunta colocada na Instância Local de Moimenta da Beira (comarca de Viseu), Lic. Sara Abigail Pereira Gomes, à Instância Local de Lamego (mesma comarca).

Relator: Dr. Jorge Oliveira.

O Conselho deliberou deferir a requerida reafecção.

Abstiveram-se os Drs. João Palma, Cristina Ermida e Sandra Alcaide.

11. Proposta de afectação da procuradora-adjunta colocada na Secção da Instância Local de Figueira de Castelo Rodrigo, Lic. Ana Sofia da Costa Traqueia, e da procuradora-adjunta colocada na Secção da Instância Local de Almeida, Lic. Antonieta Maria de Pina Oliveira, à Secção da Instância Local de Pinhel, em regime de acumulação.
Relator: Dr. Jorge Oliveira.
O Conselho deliberou deferir a requerida reafectação.
Abstiveram-se os Drs. João Palma, Cristina Ermida e Sandra Alcaide.

Reclamações

12. Reclamação da ordem de serviço n.º 15/2016 da Procuradora-Geral Distrital do Porto (colocação dos Magistrados do Quadro Complementar) apresentada pela procuradora-adjunta Lic. Virgínia Natália Abreu Correia.
Relator: Dr. Jorge Oliveira.
Após a Senhora Procuradora-Geral Distrital do Porto se ausentar da sala, o conselho deliberou negar provimento à reclamação apresentada.
Abstiveram-se os Drs. João Palma, Cristina Ermida, José Gomes Canotilho e José Pinto Ribeiro.
13. Reclamação da deliberação da Secção Disciplinar, de 31 de Maio de 2016, que aplicou a procuradora-adjunta uma pena de multa, suspensa na sua execução pelo período de 1 ano.
Relatora: Dr.ª Maria José Morgado
O Conselho deliberou negar provimento à reclamação apresentada.
Abstiveram-se os Drs. José Gomes Canotilho e José Pinto Ribeiro.
14. Reclamação da deliberação da Secção Disciplinar, de 26 de Abril de 2016, que aplicou a procuradora-adjunta uma pena de 60 dias de suspensão de exercício.
Relator: Dr. Jorge Oliveira
O Conselho deliberou negar provimento à reclamação apresentada.
Absteve-se o Dr. José Pinto Ribeiro.
15. Pedido de revisão da pena de aposentação compulsiva aplicada por deliberação do Plenário do Conselho Superior do Ministério Público, de 25 de Janeiro de 2011.
Relator: Dr. Madeira Lopes
O Conselho deliberou indeferir a requerida revisão.
Absteve-se o Dr. José Gomes Canotilho.

16. Reclamação da deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional, de 11 de Maio de 2016, que atribuiu a procurador-adjunto a classificação de “Bom”.

Relator: Dr. Augusto Arala Chaves (após redistribuição)

O acórdão relativo ao ponto 21 do Boletim Informativo n.º 11/2016 foi apreciado e mereceu a concordância do Plenário.